

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

VANESSA RODRIGUES - 22/8/24

Túnel: donos de imóveis no Macuco pedem garantias

Eles querem detalhes sobre indenizações

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

Donos de imóveis que devem ser desapropriados para obras de acesso ao túnel imerso Santos-Guarujá, no Macuco, em Santos, exigem do Governo do Estado garantias de que serão indenizados com valores justos.

O projeto do túnel prevê a desapropriação de 65 casas e comércios na Rua José do Patrocínio, em uma área de 43 mil metros quadrados (m²), e reserva um aporte de R\$ 544,3 milhões para indenizações e reassentamentos.

O traçado envolve uma superquadra entre a Rua José Patrocínio e a Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, na altura da Avenida Senador Dantas até a Rua Almirante Tamandaré, que consiste no isolamento de toda a área de obra e acesso ao túnel.

Segundo o secretário da Associação Comunitária do Macuco (Acom), José

Santaella Júnior, a minuta do contrato de concessão do túnel tem as seguintes opções aos desapropriados: indenização em dinheiro, troca por imóvel equivalente ou superior no entorno, reassentamento em habitações sociais e indenização aos empresários por 12 meses.

“A avaliação dos imóveis será realizada por peritos contratados pela empresa concessionária, com coordenação de uma empresa certificadora e fiscalização da própria Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). Mas temos dúvidas sobre a operacionalização, imparcialidade e validade jurídica desse processo”, afirmou Santaella Júnior.

“Nossa preocupação é com a segurança jurídica e social dos afetados, especialmente daqueles que não possuem toda a documentação regularizada, e que necessitam de amparo legal e administrativo



Projeto do túnel prevê desapropriação de 65 casas e comércios em área de 43 mil metros quadrados

do Estado”, ressaltou. As dúvidas foram apresentadas à diretora de Investimentos da Artesp, Raquel Carneiro, em reunião na última sexta-feira.

“Como o Estado adquirirá imóveis no mercado para oferecê-los como alternativa aos desapropriados? Poderá o Estado pagar valores de mercado diferentes dos definidos pelos peritos? Qual será, de fato, o papel das concessionárias e do Estado na condução das desapropriações? Ainda não temos essas respostas”, questionou Santaella.

“Além disso, não está definida a origem desses R\$ 544,3 milhões. Mas, a Artesp informou, na ocasião,

que os custos das desapropriações serão assumidos diretamente pelo Estado, isentando as concessionárias vencedoras do leilão dessa responsabilidade. A Artesp informou ainda que, se necessário, o valor será solicitado ao Tesouro Estadual, mas não foi apresentado um detalhamento concreto”.

Santaella afirma que Raquel se comprometeu a agendar uma reunião deles com o governador Tar-

císio de Freitas (Republicanos) neste mês.

Procurada, a Autoridade Portuária de Santos (APS) disse que os esclarecimentos cabem ao Estado. Já a Artesp não se manifestou.

A ligação seca é uma obra conjunta dos governos do Estado e Federal, com investimento de R\$ 6,8 bilhões, custeado meio a meio. O leilão está previsto para 5 de setembro.